



Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2015

Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2015**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Nova Friburgo” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 17 de março de 2016.

1 Considerações gerais

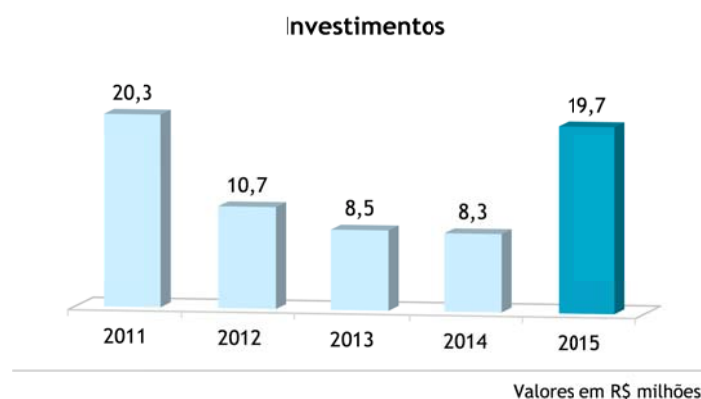
A Energisa Nova Friburgo é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 102 mil consumidores no município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro.

A companhia manteve o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores, característica que evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. Em 2015, a Energisa Nova Friburgo recebeu o Prêmio Eletricidade da Revista Eletricidade Moderna - Melhor Evolução Nacional, no grupo de empresas médias (companhias com mais de 40 mil consumidores).

A Energisa Nova Friburgo também obteve a quinta colocação no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que avalia as melhores empresas do Brasil, sendo a distribuidora que mais evoluiu, com um avanço de nove posições em relação a 2014. A Aneel leva em conta dois indicadores de desempenho que mostram o tempo e a quantidade de vezes que o consumidor ficou sem energia no ano: o DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), que indica o número de horas, em média, que o consumidor ficou sem energia; e o FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), que mede quantas vezes, em média, houve interrupção no fornecimento de energia.

2 Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Nova Friburgo investiu ao longo dos últimos cinco anos aproximadamente R\$ 67,5 milhões, dos quais cerca de R\$ 19,7 milhões foram realizados em 2015, o que representa um aumento de 137,3% em relação aos valores investidos no ano anterior. Os investimentos são direcionados à segurança, modernização, reforma e ampliação do sistema elétrico com a finalidade de reduzir a duração e o tempo das interrupções, melhorar a qualidade da energia e contribuir para o crescimento das localidades onde está presente.



Entre as realizações em 2015, destacam-se:

- i) construção da nova linha de distribuição em alta tensão – Linha de Distribuição em 69 kV JULIUS ARP - Conselheiro Paulino para adequação do sistema de alta tensão, garantindo maior confiabilidade ao sistema elétrico, principalmente em casos de contingência;
- ii) instalação do 2º transformador de força da subestação Tadeu Aor, de 15/20/25 MVA e a criação de três novos alimentadores, redistribuindo o carregamento dos transformadores das subestações Tadeu Aor e Conselheiro Paulino;
- iii) adequação dos relés de proteção para LDAT, de 69 kV Julius Arp - Tadeu Aor; e
- iv) instalação de sensores de falta nos alimentadores Lumiar e Rio Grande de Cima.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

| Descrição do ativo | 2015 | 2014 | Acréscimo |
|--|-------|-------|-----------|
| Subestações - nº ^(*) | 5 | 5 | - |
| Capacidade instalada nas subestações - MVA ^(*) | 119 | 127 | - 8 |
| Linhas de transmissão - km | 24 | 16 | + 8 |
| Redes de distribuição (próprias) - km | 1.976 | 1.916 | + 60 |
| Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº ^(*) | 3.748 | 3.638 | + 110 |
| Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA ^(*) | 235 | 206 | + 29 |

(*) Valores de 2014 relacionados às subestações, capacidade instalada nas subestações, transformadores e capacidade instalada nas redes de distribuição, foram revisados em função da atualização na base de dados georreferenciada da distribuição. Destaca-se que a redução da capacidade instalada nas subestações foi em função de uma reforma na subestação Tadeu Aor, com a instalação do 2º transformador de 69/11,4 kV, de 15/20/25 MVA no lugar do transformador 69/34,5 kV de 33 MVA, desativado em 2015.

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

| Descrição | 2015 | 2014 | Variação % |
|--|-------|-------|------------|
| Resultados - R\$ milhões | | | |
| Receita Operacional Bruta | 252,6 | 168,7 | + 49,7 |
| Receita Operacional Bruta, sem receita de construção | 233,2 | 160,8 | + 45,0 |
| Receita Operacional Líquida | 143,9 | 113,9 | + 26,3 |
| Receita Operacional Líquida, sem receita de construção | 124,5 | 106,0 | + 17,5 |
| Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT) | 9,1 | 6,5 | + 40,0 |
| EBITDA | 15,2 | 11,3 | + 34,5 |
| EBITDA Ajustado | 18,6 | 12,8 | + 45,3 |
| Resultado financeiro | (0,1) | (3,3) | - 97,0 |
| Lucro Líquido | 5,8 | 2,3 | + 152,2 |
| Indicadores Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Ativo Total | 201,1 | 152,1 | + 32,2 |
| Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras | 16,9 | 12,1 | + 39,7 |
| Patrimônio Líquido | 71,4 | 58,5 | + 22,1 |
| Endividamento Líquido | 49,3 | 46,3 | + 6,5 |
| Indicadores Operacionais | | | |
| Número de Consumidores Cativos (mil) | 102,5 | 100,8 | + 1,7 |
| Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) | 328,9 | 343,3 | - 4,2 |
| Energia Elétrica Total Distribuída (GWh) | 328,1 | 344,0 | - 4,6 |
| Perdas de Energia (% últimos 12 meses) | 4,75 | 5,00 | - 0,25 p.p |
| Indicador Relativo | | | |
| EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%) | 12,9 | 11,2 | + 1,7 p.p |
| Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) | 2,7 | 3,6 | - 25,0 |

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2015, a Energisa Nova Friburgo apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 233,2 milhões, ante R\$ 160,8 milhões registrados em 2014, um aumento de 45,0% (R\$ 72,4 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou aumento de 17,5% (R\$ 18,5 milhões) no período, para R\$ 124,5 milhões. Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um acréscimo de 1,7% (1.714 consumidores), o consumo de energia elétrica reduziu 4,2% em 2015 (redução de 6,4% no 4T15), conforme item 4.4 deste relatório;
- Reconhecimento de receitas no montante de R\$ 1,5 milhão em decorrência de constituição e amortização de ativos e passivos regulatórios.

- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2015 foi de R\$ 22,7 milhões, contra R\$ 1,7 milhão em 2014.

3.3 Ambiente regulatório - revisão tarifária

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo. Mensalmente, a ANEEL sinaliza uma das bandeiras previstas - de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país - aplicada no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2015 foram de R\$ 5,4 milhões (R\$ 5,4 milhões no 4T15).

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

3.3.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Nova Friburgo, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,0% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, foi concedido à Energisa Nova Friburgo reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 14,07% percebido pelos consumidores a partir de 18/06/2015.

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Nova Friburgo pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 3,4 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 115,5 milhões em 2015 e R\$ 34,5 milhões no 4T15, crescimento de 16,0% (R\$ 15,9 milhões) e 21,1% (R\$ 6,0 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis cresceram R\$ 1,2 milhão (R\$ 1,3 milhão no 4T15), totalizando R\$ 30,7 milhões (R\$ 9,7 milhões no 4T15). No entanto, as despesas não controláveis cresceram 24,3% em 2015 (aumento de 28,7% no 4T15), totalizando R\$ 75,8 milhões (R\$ 22,0 milhões no 4T15), em decorrência da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

| Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | Exercício | | |
|--|-------------|-------------|-------------------------|--------------|--------------|-------------------------|
| | 4T15 | 4T14 | Variação R\$ milhões | 2015 | 2014 | Variação R\$ milhões |
| 1 Despesas controláveis | 9,7 | 8,4 | + 1,3 | 30,7 | 29,5 | + 1,2 |
| 1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão) | 3,2 | 3,0 | + 0,2 | 9,5 | 10,1 | - 0,6 |
| 1.2 Material | 0,3 | 0,3 | - | 1,1 | 1,1 | - |
| 1.3 Serviços de terceiros | 6,2 | 5,1 | + 1,1 | 20,1 | 18,3 | + 1,8 |
| 2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte) | 22,0 | 17,1 | + 4,9 | 75,8 | 61,0 | + 14,8 |
| 3 Depreciação e amortização | 1,9 | 1,2 | + 0,7 | 6,2 | 4,9 | + 1,3 |
| 4 Provisões contingências e devedores duvidosos | (0,1) | (0,1) | - | 0,1 | 0,4 | - 0,3 |
| 5 Outras despesas/receitas | 1,0 | 1,9 | - 0,9 | 2,7 | 3,8 | - 1,1 |
| Subtotal | 34,5 | 28,5 | + 6,0 | 115,5 | 99,6 | + 15,9 |
| 6 Custo de construção (*) | 4,4 | 2,1 | + 2,3 | 19,4 | 7,9 | + 11,5 |
| Total | 38,9 | 30,6 | + 8,3 | 134,9 | 107,5 | + 27,4 |

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2015, a Energisa Nova Friburgo apresentou lucro líquido de R\$ 5,8 milhões, ante os R\$ 2,3 milhões registrados em 2014, crescimento de 152,2%. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 18,6 milhões em 2015, contra os R\$ 12,8 milhões apurados no ano anterior, aumento de 45,3%. No quarto trimestre de 2015 (4T15), a Companhia reportou prejuízo de R\$ 1,4 milhão, ante o lucro líquido de R\$ 0,4 milhão apurado em igual trimestre do ano anterior.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

| Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões | Trimestre | | | Exercício | | |
|--|-----------|-------|------------|-----------|-------|-----------|
| | 4T15 | 4T14 | Var. % | 2015 | 2014 | Var. % |
| (=) Lucro Líquido | (1,4) | 0,4 | - | 5,8 | 2,3 | + 152,2 |
| (-) Contribuição social e imposto de renda | - | (0,2) | - | (3,2) | (0,8) | + 300,0 |
| (-) Resultado financeiro | 1,3 | (1,4) | - | (0,1) | (3,3) | - 97,0 |
| (-) Depreciação e amortização | (1,9) | (1,2) | + 58,3 | (6,2) | (4,9) | + 26,5 |
| (=) Geração de caixa (EBITDA) | (0,8) | 3,2 | - | 15,3 | 11,3 | + 35,4 |
| (+) Receita de acréscimos moratórios | 0,6 | 0,4 | + 50,0 | 3,3 | 1,5 | + 120,0 |
| (=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado) | (0,2) | 3,6 | - | 18,6 | 12,8 | + 45,3 |
| Margem do EBITDA Ajustado (%) | (0,6) | 11,1 | - 11,7 p.p | 12,9 | 11,2 | + 1,7 p.p |

Com base nos resultados alcançados em 2015, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 1,7 milhão (R\$ 101,68570543 por ação), a serem pagos em data a ser definida.

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento têm permitido à Energisa Nova Friburgo apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

4.1 Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Nova Friburgo, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas de energia elétrica da Energisa Nova Friburgo situaram em 4,75%, em 2015, contra 5% registrado em igual período do ano anterior.

4.2 Inadimplência

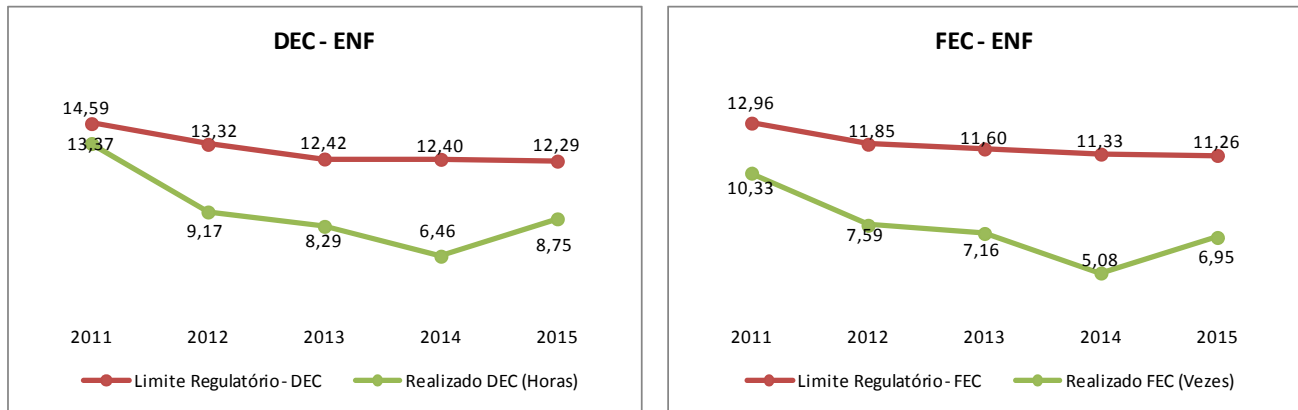
As revisões extraordinárias tarifárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no início de 2015 aumentaram o desafio de combate à inadimplência. A Energisa Nova Friburgo vem intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center, intensificação de ações de corte e negativação de débitos. Como resultado dessas ações, a Energisa Nova Friburgo reduziu, em 2015, a inadimplência dos consumidores em aproximadamente 2% quando comparada com o ano anterior, situando-se em 1,13%.

| Indicadores operacionais | 2015 | 2014 | Variação |
|---|-------|-------|------------|
| Perdas de energia do sistema próprio (%) | 4,75 | 5,00 | - 0,25 p.p |
| Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%) | 1,13 | 1,15 | - 0,02 p.p |
| Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº | 0,25 | 0,31 | - 19,4 |
| DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas | 8,75 | 6,46 | + 35,4 |
| FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes | 6,95 | 5,08 | + 36,8 |
| ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee | 72,30 | 76,60 | - 5,6 |
| IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) | 56,31 | 65,80 | - 14,4 |

4.3 DEC e FEC

A estabilidade dos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) abaixo dos limites regulatórios é um fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas.

Em 2015, o DEC e o FEC apresentaram elevação, em função de ocorrências relevantes de suprimento externo, que afetou toda região da Zona da Mata de Minas Gerais, região serrana e dos lagos do Rio de Janeiro nos meses de janeiro e novembro de 2015. Ainda assim, os resultados ficaram significativamente abaixo dos limites regulatórios, conforme gráficos:



4.4 Mercado de energia

Em 2015, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Nova Friburgo, totalizaram 328,9 GWh, redução de 4,2% em relação a 2014. A energia total distribuída em 2015 foi de 328,1 GWh, ante os 344,0 GWh registrados em igual período do ano passado, ou seja, queda de 4,6%, conforme composição seguinte:

| Descrição | Trimestres | | | Exercício | | |
|--|-------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 4T15 | 4T14 | Var. % | 2015 | 2014 | Var. % |
| 1 Vendas de energia no mercado cativo | 80,4 | 85,9 | - 6,4 | 328,9 | 343,3 | - 4,2 |
| ✓ Residencial | 38,8 | 41,0 | - 5,4 | 159,9 | 165,6 | - 3,5 |
| ✓ Industrial | 11,5 | 13,8 | - 16,7 | 50,2 | 57,0 | - 11,8 |
| ✓ Comercial | 18,6 | 19,4 | - 4,1 | 73,4 | 74,7 | - 1,7 |
| ✓ Rural | 1,3 | 1,4 | - 7,1 | 5,4 | 5,7 | - 4,9 |
| ✓ Outras Classes | 10,2 | 10,3 | - 1,0 | 39,9 | 40,3 | - 0,8 |
| 2 Fornecimento não faturado | 1,7 | 1,8 | - 5,6 | (0,8) | 0,7 | - |
| 3 Energia Total Distribuída (1+2) | 82,1 | 87,7 | - 6,4 | 328,1 | 344,0 | - 4,6 |

A Energisa Nova Friburgo encerrou 2015 com 102.533 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,7% superior a registrada em 2014.

5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Nova Friburgo totalizou R\$ 16,9 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Nova Friburgo, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 46,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 49,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Nova Friburgo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

| Descrição Valores em R\$ milhões | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------------|-------------|
| Curto Prazo | 31,8 | 14,8 |
| Empréstimos e financiamentos | 34,2 | 18,2 |
| Encargos de dívidas | 1,3 | 0,3 |
| Déficit atuarial | 0,1 | 0,1 |
| Instrumentos financeiros derivativos líquidos | (3,8) | (3,8) |
| Longo Prazo | 38,5 | 46,5 |
| Empréstimos e financiamentos | 51,1 | 47,2 |
| Déficit atuarial | 0,4 | 0,2 |
| Instrumentos financeiros derivativos líquidos | (13,0) | (0,9) |
| Total das dívidas | 70,3 | 61,3 |
| (-) Disponibilidades financeiras | 16,9 | 12,1 |
| (-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda) | 0,4 | 0,9 |
| (-) Créditos CVA | 3,7 | 2,0 |
| Total das dívidas líquidas | 49,3 | 46,3 |

6 Gestão de pessoas

A Energisa Nova Friburgo valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2015 com 120 colaboradores próprios e 50 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e à missão da companhia, visando impulsionar o desempenho e construir competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da Companhia, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

Em 2015, a Energisa Nova Friburgo dedicou 10.590 mil homens/horas a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 44 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2015, foram dedicadas nessa modalidade 5.682 mil homens/horas, o que corresponde a 53,7% do total de treinamento nesta unidade.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Nova Friburgo fomentou, em 2015, o Programa de Autodesenvolvimento (PAD), que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores, para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço on-line de conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira. Em 2015, dos empregados elegíveis ao PAD, 53% participaram do programa.

Em 2015, a Energisa seguiu com a programação do Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Nova Friburgo também deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da "Academia de Líderes". O desenho da Academia de Líderes foi baseado na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação das atividades.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Nova Friburgo conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da Companhia.

7 Responsabilidade socioambiental

A Energisa Nova Friburgo entende a importância de seu papel social e sua responsabilidade como empresa. Por isso, a Energisa Nova Friburgo tem atuado de forma consciente em toda a sua área de concessão com ações pensadas e executadas para trazer benefícios à sociedade, buscando estar cada vez mais presente, por meio de ações de incentivo cultural, regional, econômico, ambiental, social e esportivo.

Iniciativas Esportivas: apoia projetos esportivos que promovem o bem estar, a saúde e o estímulo à prática de esportes e lazer. A **Caminhada Energisa** é um exemplo, onde a Companhia promove a integração com o meio ambiente e entre familiares e colaboradores.

Iniciativas voltadas à Educação: contribuir para a formação de cidadãos preparados para superar desafios e mais conscientes do seu potencial transformador é o objetivo. O **Projeto Biblioteca Energisa** incentiva a troca de livros e amplia o acesso à cultura por meio da leitura. Em 2015, foram trocados aproximadamente 90 livros.

Iniciativas voltadas à eficiência energética: o compromisso com o meio ambiente também faz parte das ações da Companhia. Por isso, a empresa investe em diferentes iniciativas de sustentabilidade. Entre os projetos destacam-se o **Nossa Energia** e o **Conta Cidadã**.

- **Nossa Energia:** tem por objetivo combater o desperdício de energia elétrica nas residências dos consumidores inscritos na Tarifa Social de energia elétrica, contribuindo para ampliar a consciência na mudança de hábitos e comportamento no uso eficiente e seguro da energia elétrica, por meio de ações educacionais em escolas, uma unidade móvel, troca de geladeiras e substituição de lâmpadas por outras mais eficientes com selo Procel.

Em 2015, foram beneficiadas mais de 500 pessoas, com a substituição de 22 geladeiras e mais de 660 lâmpadas LED e 1.212 lâmpadas fluorescentes, além do sorteio de brindes como micro-ondas, tablets, chuveiros, fone de ouvido entre outros. Além disso, mais de 700 alunos foram atendidos com palestras educativas e interativas com informações sobre o uso seguro e consciente da energia.

- **Energia Solidária:** o projeto Energia Solidária consiste na troca de um eletrodoméstico antigo por um novo, com selo Procel de eficiência energética. Na primeira edição, realizada no segundo semestre de 2015, foram substituídos 35 refrigeradores e 140 lâmpadas menos eficientes por lâmpadas LED.
- **Conta Cidadã:** o projeto consiste na troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Além disso, o material coletado tem destinação correta, contribuindo de forma positiva para a preservação do meio ambiente. O projeto constitui um novo paradigma social, bem como uma nova forma de tratamento e de pagamento das contas de energia elétrica da população, baseado em uma efficientização energética por economia de energia no reprocessamento desses resíduos e não na produção da básica da matéria prima. Somente em 2015, em Nova Friburgo, foram mais de 395 toneladas de resíduos recolhidos e mais de 1.140 clientes cadastrados.

Iniciativas Socioculturais: apoio aos projetos desenvolvidos pela Usina Cultural Energisa Nova Friburgo com a realização de exposições de arte, shows e palestras no local.

Patrocínios e apoios: projetos de notório mérito cultural, realizados em comunidades inseridas nas áreas de atuação da empresa. Estes projetos têm necessariamente como característica a promoção da cultura e do desenvolvimento econômico, regional e social dessas comunidades, contribuindo para o estímulo e acessibilidade ao lazer, ao esporte e à cultura, além de despertar noções de cidadania e valorizar a sociedade. Como exemplo: festivais gastronômicos, feiras, simpósio, exposições e seminários que divulgam o produto da economia local; feiras literárias e fóruns ambientais.

Outras ações ambientais - ações mitigadoras

A Companhia mitiga seus impactos por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - **SGMASS**. O SGMASS é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança. Dentre os programas e práticas implementados, destacam-se:

- implantação de redes isoladas e protegidas;

- descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública;
- regeneração de óleos isolantes utilizados em equipamentos, além da recuperação do óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente;
- disposição e tratamento de resíduos com procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS;
- desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3Rs, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc);
- contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental;
- proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios e comitês de bacias hidrográficas. A Companhia participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Nova Friburgo em 2015 foi de R\$ 179,0 mil, dos quais R\$ 164,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 15,0 para programas de “Eficiência Energética” e consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|--|------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5 | 10.830 | 8.914 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5 | 5.803 | 2.920 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 24.378 | 16.180 |
| Estoques | | 340 | 392 |
| Tributos a recuperar | 7 | 11.662 | 10.869 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 27 | 6.105 | 3.799 |
| Contas a receber da concessão | 13 | - | 93.026 |
| Ativo financeiro setorial | 9 | 3.779 | 2.023 |
| Outros créditos | 10 | 3.730 | 4.504 |
| Total do circulante | | 66.627 | 142.627 |
| Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 5 | 309 | 254 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 592 | 361 |
| Tributos a recuperar | 7 | 1.705 | 1.985 |
| Depósitos e cauções vinculados | 19 | 1.610 | 1.694 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 27 | 12.972 | 940 |
| Contas a receber da concessão | 13 | 3.555 | - |
| Ativo financeiro setorial | 9 | 1.585 | - |
| Outros créditos | 10 | 2 | 2 |
| | | 22.330 | 5.236 |
| Investimentos | | 70 | 92 |
| Intangível | 14 | 108.818 | 852 |
| Imobilizado | 14 | 3.285 | 3.342 |
| Total do não circulante | | 134.503 | 9.522 |
| Total do ativo | | 201.130 | 152.149 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|--|------|----------------|----------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 15 | 14.070 | 8.814 |
| Encargos de dívida | 16 | 1.268 | 268 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 34.221 | 18.154 |
| Tributos e contribuições sociais | 17 | 2.414 | 2.449 |
| Dividendos | | 3.589 | 4.711 |
| Encargos setoriais | 18 | 4.243 | 1.593 |
| Benefícios a empregados | 28 | 129 | 58 |
| Obrigações estimadas | | 669 | 646 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 27 | 2.334 | - |
| Passivo financeiro setorial | 9 | 746 | 71 |
| Outras contas a pagar | | 2.301 | 2.379 |
| Total do circulante | | 65.984 | 39.143 |
| Não circulante | | | |
| Fornecedores | 15 | 116 | 116 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | 51.071 | 47.176 |
| Tributos e contribuições sociais | 17 | 4.038 | 2.478 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | 3.442 | 1.381 |
| Benefícios a empregados | 28 | 363 | 228 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | 19 | 2.858 | 2.627 |
| Encargos setoriais | 18 | 210 | 221 |
| Passivo financeiro setorial | 9 | 968 | - |
| Outras contas a pagar | | 684 | 319 |
| Total do não circulante | | 63.750 | 54.546 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 20.1 | 39.743 | 39.743 |
| Reservas de capital | 20.2 | 11.248 | 11.248 |
| Reservas de lucros | 20.3 | 11.354 | 7.196 |
| Dividendos adicionais propostos | 20.5 | 276 | - |
| Outros resultados abrangentes | | 175 | 273 |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | | 8.600 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 71.396 | 58.460 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 201.130 | 152.149 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|---|------|---------------|----------------|
| Receita operacional líquida | 21 | 143.928 | 113.932 |
| Custo do serviço de energia elétrica | 22 | (116.041) | (87.941) |
| Lucro bruto | | 27.887 | 25.991 |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | (18.372) | (18.892) |
| Outras receitas | 23 | 663 | 441 |
| Outras despesas | 23 | (1.101) | (1.074) |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos | | 9.077 | 6.466 |
| Receita Financeira | 24 | 11.583 | 4.897 |
| Despesa Financeira | 24 | (11.655) | (8.246) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | | (72) | (3.349) |
| Lucro antes dos impostos | | 9.005 | 3.117 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 12 | - | (517) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | (3.190) | (335) |
| Lucro líquido do exercício | | 5.815 | 2.265 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$ | 25 | 356,86 | 139,00 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|--|------|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | | 5.815 | 2.265 |
| Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado | | | |
| Outros resultados abrangentes | 20.6 | (98) | 246 |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício | | 5.717 | 2.511 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|--|---------|-----------------|----------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro antes dos impostos | | 9.005 | 3.117 |
| Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas | | 18.407 | 4.920 |
| Amortização e depreciação | 22 | 6.158 | 4.854 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis | 22 | 95 | 151 |
| Provisão para riscos | 22 | (32) | 218 |
| Marcação a mercado das dívidas | 24 | (1.260) | - |
| Marcação a mercado de derivativos | 24 | 115 | 869 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | (19.155) | (3.371) |
| Perda na alienação de bens do intangível | 23 | 438 | 633 |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | | | |
| (Aumento) de consumidores e concessionárias | | (5.218) | (2.017) |
| Diminuição (aumento) de estoques | | 52 | (98) |
| (Aumento) de impostos a recuperar | | (463) | (3.565) |
| Diminuição de cauções e depósitos vinculados | | 84 | 836 |
| (Aumento) de ativo financeiro setorial | | (3.158) | (2.023) |
| Diminuição (aumento) de outros créditos | | 1.154 | (850) |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | | | |
| Aumento de fornecedores | | 5.566 | 977 |
| Aumento de tributos e contribuições sociais | | 396 | 2.012 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | - | (44) |
| Aumento (diminuição) de obrigações Estimadas | | 23 | (55) |
| Aumento de passivo financeiro setorial | | 1.642 | 71 |
| Aumento de outras contas a pagar | | 2.983 | 884 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 16.832 | 7.519 |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | | (1.093) | 1.890 |
| Aplicações no imobilizado e no intangível | 14 e 33 | (19.418) | (7.162) |
| Alienação de bens do intangível | 23 | 663 | 441 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | | (19.848) | (4.831) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Novos empréstimos e financiamentos | 16 e 33 | 30.901 | 11.749 |
| Pagamentos de empréstimos - principal | 16 | (35.920) | (13.073) |
| Pagamentos de empréstimos - juros | 16 | (3.182) | (2.848) |
| Liquidação de instrumentos financeiros derivativos | | 7.036 | 5.471 |
| Pagamentos de dividendos | 20.5 | (2.503) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 8.600 | - |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento | | 4.932 | 1.299 |
| Variação líquida do caixa | | 1.916 | 3.987 |
| Caixa mais equivalentes de caixa iniciais | | 8.914 | 4.927 |
| Caixa mais equivalentes de caixa finais | | 10.830 | 8.914 |
| Variação líquida do caixa | | 1.916 | 3.987 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

| | Nota | 2015 | 2014 |
|--|------|----------------|---------------|
| Geração do valor adicionado: | | | |
| Receitas | | | |
| Receitas de vendas de energia elétrica e serviços | 21 | 233.206 | 160.966 |
| Outras receitas | 23 | 663 | 441 |
| Receitas relativas a construção de ativos próprios | | 20.350 | 8.200 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6 | (95) | (151) |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Custo da energia vendida | | 83.307 | 67.004 |
| Materiais e serviços de terceiros | | 21.570 | 20.021 |
| Outros custos operacionais | | 21.750 | 11.568 |
| | | <u>126.627</u> | <u>98.593</u> |
| Valor adicionado bruto | | <u>127.497</u> | <u>70.863</u> |
| Amortização e depreciação | 22 | 6.158 | 4.854 |
| Valor adicionado líquido | | <u>121.339</u> | <u>66.009</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | 24 | 11.971 | 4.897 |
| Valor adicionado a distribuir | | <u>133.310</u> | <u>70.906</u> |
| Distribuição do valor adicionado: | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 6.083 | 6.181 |
| Benefícios | | 1.586 | 1.909 |
| FGTS | | 283 | 450 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 18.511 | 10.635 |
| Estaduais | | 53.677 | 37.076 |
| Municipais | | 195 | 206 |
| Obrigações (sem sugestões) | | 33.658 | 2.894 |
| Remuneração de capital de terceiros | | | |
| Juros | | 12.590 | 8.497 |
| Aluguéis | | 912 | 793 |
| Remuneração de capitais próprios | | | |
| Dividendos | 20.5 | 1.381 | 538 |
| Dividendos adicionais propostos | 20.5 | 276 | - |
| Reserva legal | 20.3 | 291 | 113 |
| Retenção de Lucros | 20.4 | 3.867 | 1.614 |
| | | <u>133.310</u> | <u>70.906</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

| Nota | Capital social | Reservas de capital | | | Reserva de Lucros | | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Outros resultados abrangentes | Recursos destinados e futuro aumento de capital | Total |
|---|----------------|-------------------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------|-------|---------------------------------|-------------------|-------------------------------|---|---------|
| | | Remuneração de imobilizado em curso | Reserva especial de ágio | Outras reservas de capital | Retenção de lucros | Legal | | | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2014 | 39.743 | 179 | 11.065 | 4 | - | 5.469 | 4.173 | - | 27 | - | 60.660 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | - | (4.173) | - | - | - | (4.173) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | 246 | - | 246 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 2.265 | - | - | 2.265 |
| Proposta de destinação do Lucro Líquido: | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 20.3 | - | - | - | - | 113 | - | (113) | - | - | - |
| Reserva Lucros | 20.6 | - | - | - | 1.614 | - | - | (1.614) | - | - | - |
| Dividendos | 20.5 | - | - | - | - | - | - | (538) | - | - | (538) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 39.743 | 179 | 11.065 | 4 | 1.614 | 5.582 | - | - | 273 | - | 58.460 |
| Pagamento de dividendos adicionais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | (98) | - | (98) |
| Recursos destinados a futuro aumento de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 8.600 | 8.600 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 5.815 | - | - | 5.815 |
| Proposta de destinação do Lucro Líquido: | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 20.3 | - | - | - | - | 291 | - | (291) | - | - | - |
| Dividendos | 20.5 | - | - | - | - | - | - | (1.381) | - | - | (1.381) |
| Dividendos adicionais propostos | 20.5 | - | - | - | - | - | 276 | (276) | - | - | - |
| Reserva Lucros | 20.6 | - | - | - | 3.867 | - | - | (3.867) | - | - | - |
| Saldos em 31 dezembro de 2015 | 39.743 | 179 | 11.065 | 4 | 5.481 | 5.873 | 276 | - | 175 | 8.600 | 71.396 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

| ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A | | | | | | |
|---|---|--------------------------------|---|---|--------------------------------|--------------------------------|
| BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2015 | | | | | | |
| (Em milhares de reais) | | | | | | |
| 1 - Base de Cálculo | 2015 | | | 2014 | | |
| Receita líquida (RL) | 143.928 | | | 113.932 | | |
| Resultado operacional (RO) | 9.005 | | | 3.117 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 8.642 | | | 8.183 | | |
| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 1.121 | 12,97% | 0,78% | 1.143 | 13,97% | 1,00% |
| Encargos sociais compulsórios | 2.046 | 23,68% | 1,42% | 1.839 | 22,47% | 1,61% |
| Previdência privada | 183 | 2,12% | 0,13% | 181 | 2,21% | 0,16% |
| Saúde | 335 | 3,88% | 0,23% | 359 | 4,39% | 0,32% |
| Segurança e saúde no trabalho | 79 | 0,91% | 0,05% | 124 | 1,52% | 0,11% |
| Educação | 26 | 0,30% | 0,02% | 21 | 0,26% | 0,02% |
| Cultura | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 45 | 0,52% | 0,03% | 74 | 0,90% | 0,06% |
| Creches ou auxílio-creche | 29 | 0,33% | 0,02% | 21 | 0,26% | 0,02% |
| Participação nos lucros ou resultados | 1.190 | 13,78% | 0,83% | 1.101 | 13,45% | 0,97% |
| Outros | 62 | 0,72% | 0,04% | 451 | 5,51% | 0,40% |
| Total - Indicadores sociais internos | 5.116 | 59,21% | 3,55% | 5.314 | 64,94% | 4,67% |
| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Educação | 206 | 2,28% | 0,14% | 121 | 3,88% | 0,11% |
| Cultura | 218 | 2,42% | 0,15% | 319 | 10,23% | 0,28% |
| Saúde e saneamento | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 8 | 0,09% | 0,01% | 97 | 3,11% | 0,09% |
| Total das contribuições para a sociedade | 432 | 4,79% | 0,30% | 537 | 17,22% | 0,48% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 70.337 | 781,09% | 48,87% | 49.110 | 1575,55% | 43,10% |
| Total - Indicadores sociais externos | 70.769 | 785,88% | 49,17% | 49.647 | 1592,77% | 43,58% |
| 4 - Indicadores Ambientais | Valor | % sobre RO | % sobre RL | Valor | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 6.998 | 77,71% | 4,86% | 3.705 | 118,86% | 3,25% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 6.998 | 77,71% | 4,86% | 3.705 | 118,86% | 3,25% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% | | () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100% | | | |
| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2015 | | | 2014 | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 120 | | | 122 | | |
| Nº de admissões durante o período | 16 | | | 17 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 50 | | | 45 | | |
| Nº de estagiários(as) | 2 | | | 3 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 0 | | | 31 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 21 | | | 25 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 3,00% | | | 30,43% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 16 | | | 18 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 0,00% | | | 0,00% | | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 3 | | | 3 | | |
| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2015 | | | Metas 2016 | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 17,07 | | | 17,07 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 9 | | | 7 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | (X) direção | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (X) direção | () direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | () não se envolverá | (X) seguirá as normas da OIT | () incentivar e seguirá a OIT | () não se envolverá | (X) seguirá as normas da OIT | () incentivar e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | () são sugeridos | (X) são exigidos | () não são considerados | () são sugeridos | (X) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | () não se envolve | () apoia | (X) organiza e incentiva | () não se envolve | () apoia | (X) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 540 | no Procon 191 | na Justiça 106 | na empresa 500 | no Procon 191 | na Justiça 106 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 99,76% | no Procon 100% | na Justiça 70% | na empresa 99,00% | no Procon 100% | na Justiça 70% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$): | Em 2015: 133.310 | | | Em 2014: 70.906 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 80% governo 1% acionistas 6% colaboradores(as) 10% terceiros 3% retido | | | 72% governo 3% acionistas 12% colaboradores(as) 13% terceiros 0% retido | | |
| 7 - Outras Informações | 2015 | | | 2014 | | |
| 7) Investimentos sociais | | | | | | |
| 7.1 - Programa Luz para Todos | | | | | | |
| 7.1.1 - Investimento da União | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.2 - Investimento do Estado | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.3 - Investimento do Município | 0 | | | 0 | | |
| 7.1.4 - Investimento da Concessionária | 0 | | | 0 | | |
| Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4) | 0 | | | 0 | | |
| 7.2 - Programa de eficiência Energética | 788 | | | 1.048 | | |
| 7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento | 182 | | | 289 | | |
| Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3) | 970 | | | 1.337 | | |

Notas Explicativas

Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa NF”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 100.819 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, 21, e 32, respectivamente.

Renovação de concessões:

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro

de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 17 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota 6 - Consumidores e concessionárias;
- Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 12 - Créditos tributários;
- Nota 19 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota 22 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;
- Nota 28 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

1.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia foi atualizado em dezembro de 2015, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a

orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.

- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, a Companhia registrou desde o exercício de 2013 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação das concessões, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, a Companhia efetuou novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados de acordo com o novo prazo deferido pelo poder concedente. Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para

refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidas no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- I. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27;
- n. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de benefícios previdenciários na modalidade Benefício Definido (BD) é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de

serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

5.1 Caixa e equivalente de caixa

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|---------------|--------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 2.300 | 1.845 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata: | 8.530 | 7.069 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 384 | 3.343 |
| Compromissada (1) | 8.146 | 3.726 |
| Total caixa e equivalentes de caixa (2) | 10.830 | 8.914 |

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 95,50% do CDI (102,19% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

(1) Operações compromissadas - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

| Descrição | 2015 | 2014 |
|--|--------------|--------------|
| Avaliadas ao valor justo por meio do resultado | 5.803 | 2.920 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 5 | 5 |
| Fundo de renda fixa (1) | 327 | 305 |
| Fundos de Investimento (2) | 4.246 | 2.610 |
| CCB | 2 | - |
| Debêntures | 4 | 105 |
| DPGE | 702 | 1.099 |
| Títulos públicos | 3.533 | 1.406 |
| Fundo de renda fixa | 5 | - |
| Compromissada (3) | 1.225 | - |
| Mantidas até o vencimento | 309 | 254 |
| Fundos de Investimento em direitos creditórios (FIDC) (4) | 309 | 254 |
| Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5) | 6.113 | 3.174 |
| Circulante | 5.803 | 2.920 |
| Não Circulante | 309 | 254 |

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 95,50% do CDI (102,19% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

- (1) Fundos de renda fixa Itaú - possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.
- (2) Fundos de investimentos exclusivos que inclui aplicações em CCB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remunerados de 104,43% até 127,75% do CDI.
- (3) Operações compromissadas - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (4) Fundos de investimento em direitos creditórios ENERGISA 2008 cujo vencimento ocorrerá em 26/11/2020.
- (5) Inclui R\$1.867 (R\$565 em 2014) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

6 Consumidores e concessionárias

| | Saldos a vencer | | Saldos vencidos | | | | Provisão p/ devedores duvidosos (5) | Total | |
|--|-----------------|--------------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------------|---|---------------|---------------|
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | há mais de 360 dias | | 2015 | 2014 |
| Valores correntes: (1) | | | | | | | | | |
| Residencial | 5.676 | - | 2.550 | 131 | - | 4 | (135) | 8.226 | 5.035 |
| Industrial | 2.135 | - | 224 | 5 | - | - | - | 2.364 | 1.739 |
| Comercial | 3.570 | - | 579 | 38 | - | 32 | (32) | 4.187 | 2.606 |
| Rural | 106 | - | 67 | 1 | - | - | - | 174 | 120 |
| Poder público | 539 | - | 299 | 131 | 25 | - | - | 994 | 528 |
| Iluminação pública | 891 | - | - | - | - | - | - | 891 | 580 |
| Serviço público | 602 | - | - | - | - | - | - | 602 | 368 |
| Fornecimento não faturado | 5.803 | - | - | - | - | - | - | 5.803 | 4.010 |
| Arrecadação Processo Classificação | 27 | - | - | - | - | - | - | 27 | 534 |
| Valores renegociados: | | | | | | | | | |
| Residencial | 79 | 79 | 42 | 12 | 13 | 197 | (227) | 195 | - |
| Industrial | 208 | 81 | 8 | - | - | 12 | (12) | 297 | 126 |
| Comercial | 164 | 80 | 17 | 3 | 1 | 72 | (83) | 254 | 107 |
| Rural | 2 | 6 | - | - | - | 5 | (5) | 8 | 2 |
| (-) Ajuste valor Presente (3) | (11) | (45) | - | - | - | - | - | (56) | (18) |
| Subtotal | 19.791 | 201 | 3.786 | 321 | 39 | 322 | (494) | 23.966 | 15.737 |
| Suprimento Energia - Moeda Nacional (2) | 12 | - | - | - | - | 361 | (59) | 314 | 361 |
| Outros (4) | 693 | - | - | - | - | - | (3) | 690 | 443 |
| Total | 20.496 | 201 | 3.786 | 321 | 39 | 683 | (556) | 24.970 | 16.541 |
| Circulante | | | | | | | | 24.378 | 16.180 |
| Não Circulante | | | | | | | | 592 | 361 |

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE vinculadas a liminares de dezembro de 2002.

(3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

(5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões de 2015 e 2014:

| Movimentação das provisões | 2015 | 2014 |
|---|------------|------------|
| Saldo - inicial - circulante -2014 e 2013 | 531 | 682 |
| Provisões constituídas no exercício | 228 | 153 |
| Reversão de provisões no exercício | (133) | (304) |
| Saldo - final - circulante - 2015 e 2014 | 626 | 531 |
| Consumidores e concessionárias | 556 | 524 |
| Outras contas receber | 70 | 7 |

7 Tributos a recuperar

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a) | 7.255 | 5.303 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b) | 1.042 | - |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c) | 2.359 | 2.322 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL(c) | 419 | 387 |
| Contribuições ao PIS e a COFINS (d) | 2.292 | 4.839 |
| Outros | - | 3 |
| Total | 13.367 | 12.854 |
| Circulante | 11.662 | 10.869 |
| Não circulante | 1.705 | 1.985 |

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

8 Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.738 de 10 de junho de 2014, aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento da 12,56% aplicados a partir de 18 de junho de 2014.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,05%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da ENF com reajuste que gerou uma redução de 4,82%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9 Ativo e passivo financeiro setorial

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

| Ativo financeiro setorial | Saldo em 2014 | Receita Operacional | | Resultado financeiro | Transferência | Saldo em 2015 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|---|---------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|---------------|------------------------|-------------------------|--------------|----------------|
| | | Adição | Amortização | Remuneração | | | | | | |
| Itens da Parcela A (i) | | | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 981 | - | - | - | (981) | - | - | - | - | - |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | 28 | - | - | - | (28) | - | - | - | - | - |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 233 | 5.935 | (2.221) | 91 | - | 4.038 | 1.545 | 2.493 | 3.000 | 1.038 |
| Componentes financeiros | | | | | | | | | | |
| Neutralidade da Parcela A (ii) | - | 1.110 | 24 | - | (62) | 1.072 | 12 | 1.060 | 631 | 441 |
| CUSD | - | 264 | (1) | - | (9) | 254 | 1 | 253 | 148 | 106 |
| Outros itens financeiros | 781 | - | - | - | (781) | - | - | - | - | - |
| Total Ativo | 2.023 | 7.309 | (2.198) | 91 | (1.861) | 5.364 | 1.558 | 3.806 | 3.779 | 1.585 |

| Ativo financeiro setorial | Saldo em 2014 | Receita Operacional | | Resultado financeiro | Transferência | Saldo em 2015 | Valores em Amortização | Valores em Constituição | Circulante | Não Circulante |
|---|---------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|---------------|------------------------|-------------------------|--------------|----------------|
| | | Adição | Amortização | Remuneração | | | | | | |
| Itens da Parcela A (i) | | | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | 1.009 | 1.407 | (91) | (981) | 1.344 | (979) | 2.323 | 376 | 968 |
| Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA | - | 48 | 1 | - | (28) | 21 | 20 | 1 | 21 | - |
| Componentes financeiros | | | | | | | | | | |
| Neutralidade da Parcela A (ii) | 62 | - | - | - | (62) | - | - | - | - | - |
| CUSD | 9 | - | - | - | (9) | - | - | - | - | - |
| Outros itens financeiros | - | 837 | 293 | - | (781) | 349 | 348 | 1 | 349 | - |
| Total Passivo | 71 | 1.894 | 1.701 | (91) | (1.861) | 1.714 | (611) | 2.325 | 746 | 968 |
| Saldo líquido | 1.952 | 5.415 | (3.899) | 182 | - | 3.650 | 2.169 | 1.481 | 3.033 | 617 |

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

(ii) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10 Outros créditos

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Baixa renda (1) | 258 | 467 |
| Ordens de serviço em curso - PEE e P&D | 923 | 1.337 |
| Ordens de serviço em curso - outros | 319 | 263 |
| Adiantamentos | 632 | 1.021 |
| Subvenção CDE - desconto tarifário (2) | 110 | 458 |
| Créditos de terceiros -Alienação de bens e direitos | 1.005 | 820 |
| Despesas pagas antecipadamente | 340 | 107 |
| Outros | 145 | 33 |
| Total | 3.732 | 4.506 |
| Circulante | 3.730 | 4.504 |
| Não circulante | 2 | 2 |

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário.

(1) Baixa Renda:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------|------------|
| Saldo - inicial 2014 e 2013 | 467 | 275 |
| Subvenção baixa renda | 1.514 | 1.761 |
| Ressarcimento Eletrobrás | (1.723) | (1.569) |
| Saldo - final - circulante 2015 e 2014 | 258 | 467 |

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

| | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|
| Saldo - inicial 2014 e 2013 | 458 | 345 |
| Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural | 1.929 | 970 |
| Antecipação/ Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013 | (2.308) | (857) |
| Atualização monetária (*) | 31 | - |
| Saldo - final - circulante 2015 e 2014 | 110 | 458 |

(*) Conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Companhia desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2015, foram compensados R\$1.394 referente a subvenção CDE e R\$536 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de novembro de 2015 e dezembro de 2015, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensado no primeiro trimestre de 2016.

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho), Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

| | Serviços contratados (1) | Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2) | Comissão aval (Despesa financeira) (3) | Recursos Destinados a Futuro Aumento de Capital (4) | Saldo a receber (Consumidores e concessionárias) | Saldo a pagar (fornecedores) |
|--------------|--------------------------|---|--|---|--|------------------------------|
| ENERGISA S/A | 5.258 | - | 1.238 | 8.600 | - | 826 |
| EMG | - | 889 | - | - | 83 | - |
| ESO | 8.726 | - | - | - | - | 770 |
| 2015 | 13.984 | 889 | 1.238 | 8.600 | 83 | 1.596 |
| 2014 | 14.041 | 849 | 828 | - | 57 | 1.036 |

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$945 (R\$802 em 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$75 (R\$67 em 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$166 (R\$146 em 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$25 e R\$1 (R\$17 e R\$1 em 2014), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2015 foi de R\$8 (R\$8 em 2014).

Na AGE de 24 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 em R\$2.180.

12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Ativo | | |
| Prejuízos fiscais | 7.498 | 1.548 |
| Base negativa de contribuição social | 2.699 | 557 |
| Diferenças temporárias | | |
| Imposto de Renda | 1.765 | 5.535 |
| Contribuição Social s/ o Lucro Líquido | 636 | 1.992 |
| Total - não circulante | 12.598 | 9.632 |
| Passivo | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Imposto de Renda | 11.794 | 8.098 |
| Contribuição Social s/ o Lucro Líquido | 4.246 | 2.915 |
| Total - não circulante | 16.040 | 11.013 |
| Total Líquido - Passivo não circulante | 3.442 | 1.381 |

A natureza dos créditos e débitos tributários diferidos são como segue:

| | 2015 | | 2014 | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | base de cálculo | IRPJ + CSSL | base de cálculo | IRPJ + CSSL |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais | 29.990 | 7.498 | 6.192 | 1.548 |
| Base negativa de contribuição social | 29.990 | 2.699 | 6.192 | 557 |
| Créditos fiscais - ágio (1) | - | - | 4.436 | 1.508 |
| Variações cambiais passivas | - | - | 5.324 | 1.810 |
| Provisões para riscos civis, trabalhistas e fiscais. | 2.858 | 972 | 2.627 | 893 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD | 626 | 213 | 531 | 181 |
| Provisão ajuste atuarial | 492 | 167 | 286 | 97 |
| Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras) | 2.407 | 819 | 3.346 | 1.138 |
| Ajustes a valor presente | 56 | 19 | 18 | 6 |
| Outras adições temporárias | 621 | 211 | 333 | 113 |
| Ativo financeiro setorial (CVA's) | (1.568) | (533) | - | - |
| Marcação a mercado da dívida | (1.260) | (429) | - | - |
| Marcação a mercado - derivativos | (16.744) | (5.693) | (4.739) | (1.611) |
| IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a | | | | |
| Receber da concessão e atualizações: | (27.604) | (9.385) | (22.414) | (7.621) |
| Total passivo e ativo não circulante | 19.864 | (3.442) | 2.132 | (1.381) |

(1) O crédito fiscal ágio foi amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão que encerrou em junho de 2015, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 771 de 19 de dezembro de 2006.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

| Exercício | Realização dos créditos fiscais |
|--------------|---------------------------------|
| 2016 | 358 |
| 2017 | 972 |
| 2018 | 1.067 |
| 2019 | 1.312 |
| 2020 | 1.758 |
| 2021 a 2025 | 7.131 |
| Total | 12.598 |

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------|---------|
| Lucro antes dos impostos | 9.005 | 3.117 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas | (3.062) | (1.060) |
| Ajustes: | | |
| Outras (adições) exclusões | (128) | 208 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (3.190) | (852) |
| Alíquota efetiva | 35,4% | 27,3% |

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13 Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$323, registrados em receita financeira na demonstração de resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$6.296 (R\$2.455 em 2014). Incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

Esse direito está classificado como disponível para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa rubrica monta:

| Movimentação | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Ativo financeiro - 2015 e 2014 | 93.026 | 84.182 |
| Adições no exercício | 4.600 | 7.053 |
| Baixas no exercício | (339) | (664) |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR (*) | 6.296 | 2.455 |
| Transferência para intangível - Contrato de concessão (**) | (100.028) | - |
| Ativo financeiro custo corrigido -2015 e 2014 | 3.555 | 93.026 |
| Circulante | - | 93.026 |
| Não circulante | 3.555 | - |

(*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

(**) Em 2015 a Companhia, concluiu em dezembro de 2015 o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Termos Aditivos ao contrato de concessão.

Após as assinaturas do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

A Companhia de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado o montante de R\$100.028 de contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

14 Intangível e Imobilizado

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------------|----------------|--------------|
| Intangível - Contrato de concessão | 108.818 | 852 |
| Imobilizado | 3.285 | 3.342 |
| Total | 112.103 | 4.194 |

a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

| Intangível | Saldos 2014 | Adição | Adição - Ativo contas a receber da concessão(*) | Transferências | Baixas (*) | Amortização/ Depreciação | Saldos 2015 |
|--|--------------|---------------|---|----------------|----------------|--------------------------|----------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | | |
| Custo | 51.714 | 61 | 106.797 | 15.707 | (1.494) | - | 172.785 |
| Amortização Acumulada | (49.172) | - | - | - | 846 | (6.476) | (54.802) |
| Subtotal | 2.542 | 61 | 106.797 | 15.707 | (648) | (6.476) | 117.983 |
| Em Curso | 3.013 | 19.502 | - | (15.707) | (4.738) | - | 2.070 |
| Total Intangível | 5.555 | 19.563 | 106.797 | - | (5.386) | (6.476) | 120.053 |
| Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | | |
| Custo | 1.640 | - | 6.769 | 1.331 | - | - | 9.740 |
| Amortização Acumulada | (1.527) | - | - | - | - | (469) | (1.996) |
| Subtotal | 113 | - | 6.769 | 1.331 | - | (469) | 7.744 |
| Em Curso (*) | 4.590 | 370 | - | (1.331) | (138) | - | 3.491 |
| Total Obrigações Vinculadas à Concessão | 4.703 | 370 | 6.769 | - | (138) | (469) | 11.235 |
| Total Intangível | 852 | 19.193 | 100.028 | - | (5.248) | (6.007) | 108.818 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | | |
| Custo: | | | | | | | |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | 2.006 | - | - | - | - | - | 2.006 |
| Edificações e benfeitorias | 474 | - | - | - | - | - | 474 |
| Máquinas e equipamentos | 2.708 | - | - | 159 | (61) | - | 2.806 |
| Veículos | 123 | - | - | - | (123) | - | - |
| Móveis e utensílios | 928 | - | - | 35 | - | - | 963 |
| Total do imobilizado em serviço | 6.239 | - | - | 194 | (184) | - | 6.249 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | | |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | (724) | - | - | - | - | (1) | (725) |
| Edificações e benfeitorias | (218) | - | - | - | - | - | (218) |
| Máquinas e equipamentos | (1.333) | - | - | - | - | (100) | (1.433) |
| Veículos | (71) | - | - | - | 84 | (13) | - |
| Móveis e utensílios | (551) | - | - | - | - | (37) | (588) |
| Total Depreciação acumulada | (2.897) | - | - | - | 84 | (151) | (2.964) |
| Subtotal Imobilizado | 3.342 | - | - | 194 | (100) | (151) | 3.285 |
| Imobilizado em Curso | - | 194 | - | (194) | - | - | - |
| Total do imobilizado | 3.342 | 194 | - | - | (100) | (151) | 3.285 |
| Total | 4.194 | 19.387 | 100.028 | - | (5.348) | (6.158) | 112.103 |

(*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$106.797 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$6.769, em face da renovação do contrato de concessão.

(**) Das baixas no montante de R\$ 5.348 , R\$4.600 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$748 referem-se a baixas realizadas no exercício.

| Intangível | Saldos 2013 | Adição | Transferências | Baixas (*) | Amortização/ Depreciação | Saldos 2014 |
|--|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------------------|----------------|
| Intangível em Serviço | | | | | | |
| Custo | 54.748 | - | 405 | (3.439) | - | 51.714 |
| Amortização Acumulada | (47.626) | - | - | 3.437 | (4.983) | (49.172) |
| Subtotal | 7.122 | - | 405 | (2) | (4.983) | 2.542 |
| Em Curso | 2.650 | 8.138 | (405) | (7.370) | - | 3.013 |
| Total Intangível | 9.772 | 8.138 | - | (7.372) | (4.983) | 5.555 |
| Obrigações vinculadas à concessão | | | | | | |
| Em Serviço | | | | | | |
| Custo | 1.645 | - | (5) | - | - | 1.640 |
| Amortização Acumulada | (1.252) | - | - | - | (275) | (1.527) |
| Subtotal | 393 | - | (5) | - | (275) | 113 |
| Em Curso (*) | 4.453 | 449 | 5 | (317) | - | 4.590 |
| Total Obrigações Vinculadas | 4.846 | 449 | - | (317) | (275) | 4.703 |
| Total Intangível | 4.926 | 7.689 | - | (7.055) | (4.708) | 852 |
| Imobilizado em Serviço | | | | | | |
| Custo: | | | | | | |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | 2.006 | - | - | - | - | 2.006 |
| Edificações e benfeitorias | 529 | - | - | (55) | - | 474 |
| Máquinas e equipamentos | 2.643 | - | 102 | (37) | - | 2.708 |
| Veículos | 123 | - | - | - | - | 123 |
| Móveis e utensílios | 913 | - | 17 | (2) | - | 928 |
| Total do imobilizado em serviço | 6.214 | - | 119 | (94) | - | 6.239 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Reservatório, Barragens e Adutoras | (724) | - | - | - | - | (724) |
| Edificações e benfeitorias | (226) | - | - | 10 | (2) | (218) |
| Máquinas e equipamentos | (1.245) | - | - | 3 | (91) | (1.333) |
| Veículos | (54) | - | - | - | (17) | (71) |
| Móveis e utensílios | (517) | - | - | 2 | (36) | (551) |
| Total Depreciação acumulada | (2.766) | - | - | 15 | (146) | (2.897) |
| Subtotal Imobilizado | 3.448 | - | 119 | (79) | (146) | 3.342 |
| Imobilizado em Curso | - | 119 | (119) | - | - | - |
| Total do imobilizado | 3.448 | 119 | - | (79) | (146) | 3.342 |
| Total | 8.374 | 7.808 | - | (7.134) | (4.854) | 4.194 |

(*) Das baixas no montante de R\$12.102, R\$11.868 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$66 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Das adições de obrigações especiais de R\$1.020, cerca de R\$168 foram transferidas do contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível esta sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,35% (4,03% em 2014).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

| Obrigações vinculadas à concessão: | 2015 | 2014 |
|--|---------------|--------------|
| Contribuições do consumidor (1) | 11.842 | 9.519 |
| Participação da União - recursos CDE (2) | 230 | 163 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | 1.159 | 1.019 |
| (-) Amortização acumulada | (1.995) | (1.526) |
| Total | 11.236 | 9.175 |
| Alocação: | | |
| Contas a receber da concessão | - | 4.472 |
| Infraestrutura - Intangível em serviço | 7.745 | 113 |
| Infraestrutura - Intangível em curso | 3.491 | 3.571 |
| Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente | - | 1.019 |
| Total | 11.236 | 9.175 |

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais.

Até 31 de dezembro de 2015 o montante contabilizado naquela rubrica foi de R\$1.159 (R\$1.019 em 2014) e foi transferido para obrigações especiais em serviço para ser amortizado a partir de janeiro de 2016 conforme Resolução Normativa n°660 de 28 de abril de 2015. A partir do 4° ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente será contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Encargos financeiros - encargos de dívida - juros | 3.967 | 3.487 |
| (-) Transferência para o intangível em curso (*) | (936) | (251) |
| Efeito líquido no resultado | 3.031 | 3.236 |

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa n° 24.

Imobilizado

Taxas de depreciação do ativo imobilizado praticadas pela Companhia foram:

| Taxas de depreciação do ativo imobilizado | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|
| Reservatório, barragens e adutoras | 2,98% | 2,98% |
| Edificações e benfeitorias | 3,37% | 3,37% |
| Máquinas e equipamentos | 6,32% | 6,05% |
| Veículos | 14,29% | 14,29% |
| Móveis e utensílios | 6,25% | 6,25% |

15 Fornecedores

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------------|---------------|--------------|
| Suprimento: | | |
| Ampla - CUSD (1) | 1.987 | 783 |
| Contratos bilaterais (1) | 8.103 | 4.825 |
| Materiais, serviços e outros (2) | 4.096 | 3.322 |
| Total | 14.186 | 8.930 |
| Circulante | 14.070 | 8.814 |
| Não circulante | 116 | 116 |

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica e uso da rede básica e uso do sistema de distribuição da distribuidora Ampla, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional | 24.446 | 18.459 |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | 62.137 | 46.909 |
| Encargos de dívidas - moeda nacional | 111 | 150 |
| Encargos de dívidas - moeda estrangeira | 1.157 | 118 |
| (-) Custos a amortizar | (31) | (38) |
| (-) Marcação a mercado de dívidas | (1.260) | - |
| Total | 86.560 | 65.598 |
| Circulante | 35.489 | 18.422 |
| Não Circulante | 51.071 | 47.176 |

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

| Operação | Total | | Encargos Financeiros Anuais | Vencimento | Periodicidade Amortização | TIR (Taxa efetiva de juros) (**) | Garantias ⁽¹⁾ |
|--|---------------|---------------|--------------------------------|------------|------------------------------|--|--------------------------|
| | 2015 | 2014 | | | | | |
| ENERGISA NOVA FRIBURGO | | | | | | | |
| FIDIC Grupo Energisa III (*) | 4.047 | 4.037 | CDI + 0,70% a.a. | dez-20 | Mensal | 13,94% | B |
| Luz para Todos - Eletrobrás | 569 | 655 | 5,00% a.a. (Pré) | mai-19 | Mensal | 5,00% | B |
| Repasse BNDES I - HSBC | 49 | 128 | TJLP + 4,30% a.a. | abr-16 | Mensal | 11,36% | A |
| Repasse BNDES II - HSBC | 45 | 80 | UMBND + 4,30% a.a. | abr-16 | Mensal | 4,36% | A |
| Repasse BNDES III - HSBC | 16 | 42 | TJLP + 3,90% a.a. | abr-16 | Mensal | 10,90% | A |
| Repasse BNDES I - Itaú | 919 | 1.097 | TJLP + 4,75% a.a. | dez-20 | Mensal | 11,75% | A |
| Repasse BNDES II - Itaú | 556 | 454 | UMBND + 3,75% a.a. | dez-20 | Mensal | 3,81% | A |
| Repasse BNDES III - Itaú | 383 | 459 | TJLP + 5,95% a.a. | dez-20 | Mensal | 12,95% | A |
| Repasse BNDES IV - Itaú | 628 | 762 | 5,50% a.a. (Pré) | dez-20 | Mensal | 5,50% | A |
| Repasse BNDES V - Itaú | 3.259 | 1.392 | TJLP + 8,10% a.a. | abr-21 | Mensal | 15,10% | A |
| Repasse BNDES VI - Itaú | 1.399 | 591 | SELIC + 3,10% a.a. | abr-21 | Mensal | 16,42% | A |
| Repasse BNDES VII - Itaú ⁽³⁾ | 3.512 | - | TJLP + 3,96% a 4,26% a.a. | nov-21 | Mensal | 10,96% a 11,26% | A |
| Repasse BNDES VIII - Itaú ⁽³⁾ | 2.184 | - | SELIC + 4,34% | nov-21 | Mensal | 17,66% | A |
| Repasse BNDES PER - Itaú | 186 | 931 | 5,50% a.a. (Pré) | mar-16 | Mensal | 5,50% | A |
| FINAME - Itaú | 1.546 | 1.408 | 2,50% a 5,50% a.a. (Pré) | nov-24 | Mensal | 2,50% a 5,5% | A |
| BNDES Automático I - Itaú | 3.531 | 4.831 | TJLP + 4,65% a.a. | jun-18 | Mensal | 11,65% | A |
| BNDES Automático II - Itaú | 1.728 | 1.742 | UMBND + 3,65% a.a. | jun-18 | Mensal | 3,71% | A |
| (-) Custo de captação incorrido na contratação | (31) | (38) | - | - | - | - | - |
| Total em Moeda Nacional | 24.526 | 18.571 | | | | | |
| Resolução 4131 - Bank of America ML | - | 10.629 | - | - | - | - | - |
| Resolução 4131 - Itaú BBA I | - | 8.079 | - | - | - | - | - |
| Resolução 4131 - Itaú BBA II | - | 6.405 | - | - | - | - | - |
| Resolução 4131 - Itaú BBA III ⁽¹⁾ | 31.078 | - | 3,83% a.a. (Pré) | fev-16 | Final | 50,84% | A |
| Resolução 4131 - Citibank ^(1, 4) | 32.216 | 21.914 | 1,36% a.a. (Pré) | set-17 | Final | 48,37% | A |
| (-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾ | (1.260) | - | - | - | - | - | - |
| Total em Moeda Estrangeira | 62.034 | 47.027 | | | | | |
| Total | 86.560 | 65.598 | | | | | |

A = Aval Energisa S.A., B = Recebíveis

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$309 (R\$254 em 2014), registrados na rubrica, "mantidas até o vencimento" no ativo não circulante.

(**) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

(2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 27).

(3) A controladora Energisa S/A firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$36.602, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$5.691, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (4) O contrato possui proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

| Moeda/indicadores | 2015 | 2014 |
|-------------------|--------|--------|
| US\$ x R\$ | 47,01% | 13,39% |
| TJLP | 7,00% | 5,00% |
| SELIC | 13,32% | 10,90% |
| CDI | 13,24% | 10,81% |
| UMBNB | 0,06% | 0,05% |

Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

| | 2015 |
|--------------|---------------|
| 2017 | 35.616 |
| 2018 | 5.299 |
| 2019 | 4.171 |
| 2020 | 4.117 |
| Após 2020 | 1.868 |
| Total | 51.071 |

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2015 e 2014:

| Descrição | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Saldos em 2015 e 2014 | 65.598 | 61.066 |
| Novos empréstimos e financiamentos obtidos | 31.180 | 11.749 |
| Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial | 30.144 | 8.704 |
| Marcação a Mercado das Dívidas | (1.260) | - |
| Pagamento de principal | (35.920) | (13.073) |
| Pagamento de juros | (3.182) | (2.848) |
| Saldos em 2015 e 2014 | 86.560 | 65.598 |
| Circulante | 35.489 | 18.422 |
| Não circulante | 51.071 | 47.176 |

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

| Contratos | 2016 | 2017 | 2018 em diante | Total |
|--|------|------|----------------|-------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-Grupo Energisa III | 7 | 7 | 17 | 31 |
| | 7 | 7 | 17 | 31 |

17 Tributos e Contribuições Sociais

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 395 | 103 |
| Encargos sociais | 376 | 199 |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ | 2.841 | 1.894 |
| Contribuição social s/ o lucro líquido - CSLL | 1.045 | 726 |
| Contribuições ao PIS e a COFINS | 1.407 | 1.410 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 173 | 211 |
| Outros | 215 | 384 |
| Total | 6.452 | 4.927 |
| Circulante | 2.414 | 2.449 |
| Não circulante | 4.038 | 2.478 |

18 Encargos setoriais

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 3.239 | 144 |
| Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT | 58 | 51 |
| Ministério de Minas e Energia - MME | 24 | 21 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 492 | 418 |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | 640 | 1.180 |
| Total | 4.453 | 1.814 |
| Circulante | 4.243 | 1.593 |
| Não circulante | 210 | 221 |

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

19 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Total 2015 | Total 2014 |
|------------------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| Saldos iniciais - 2014 e 2013 | 130 | 901 | 1.596 | 2.627 | 2.240 |
| Provisão contingências | 137 | 711 | 29 | 877 | 720 |
| Reversões de provisões | (102) | (455) | - | (557) | (79) |
| Pagamentos | (75) | (279) | - | (354) | (424) |
| Atualização | 18 | 93 | 154 | 265 | 170 |
| Saldos finais - 2015 e 2014 | 108 | 971 | 1.779 | 2.858 | 2.627 |
| Depósitos e cauções vinculados (*) | | | | (606) | (400) |

(*) A Energisa NF possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$1.610 (R\$1.694 em 2014), dos quais R\$1.004 (R\$1.294 em 2014) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$1.312 (R\$1.020 em 2014), registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$181.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas principalmente a: (i) ISS (R\$351); (ii) COFINS (R\$1.245); e (iii) PIS (R\$148). Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$50.434 (R\$41.194 em 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente, não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$729 (R\$743 em 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade e horas de sobreaviso.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$41.603 (R\$34.659 em 2014), refere-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$8.101 (R\$5.792 em 2014) referem-se basicamente a discussões sobre: (i) Cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (ii) cobrança de crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que no exercício foram adicionados cerca de R\$2.418 de novas causas, apresentados os embargos as execuções onde se discute a improcedência das ações.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

20 Patrimônio Líquido

20.1 Capital social

O capital social é de R\$39.743 (R\$39.743 em 2014), representando 16.295 ações ordinárias (16.295 em 2014) todas nominativas e sem valor nominal.

20.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente ao ágio que lhe deu origem.

20.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

20.4 Reserva de lucros - retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do lucro líquido do exercício, R\$3.867 (R\$1.614 em 2014) foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

20.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 5.815 | 2.265 |
| Reserva legal (5%) | (291) | (113) |
| Lucro líquido ajustado | 5.524 | 2.152 |
| Dividendos obrigatórios (25%) - R\$84,75 por ação (R\$33,02 por ação em 2014) | 1.381 | 538 |
| (*) Dividendos adicionais propostos R\$16,94 por ação | 276 | - |
| Total dos dividendos | 1.657 | 538 |
| % sobre o lucro líquido ajustado | 30 | 25 |

(*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em Reunião da Diretoria.

Em janeiro de 2015 foi efetuado o pagamento de dividendos no montante de R\$2.503.

20.6 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2015 e 2014:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------|------------|
| Saldo inicial - 2014 e 2013 | 273 | 27 |
| Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados | (148) | 373 |
| Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados | 50 | (127) |
| Saldo final - 2015 e 2014 | 175 | 273 |

21 Receita operacional

| | 2015 | | | 2014 | | |
|---|--|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| | Não auditada pelos auditores independentes | | R\$ | Não auditada pelos auditores independentes | | R\$ |
| | Nº de consumidores | MWh | | Nº de consumidores | MWh | |
| Residencial | 90.471 | 159.870 | 109.102 | 88.869 | 165.624 | 74.716 |
| Industrial | 832 | 50.204 | 32.207 | 880 | 56.951 | 23.224 |
| Comercial | 9.583 | 73.451 | 53.932 | 9.520 | 74.741 | 35.862 |
| Rural | 1.101 | 5.441 | 3.146 | 1.027 | 5.721 | 2.130 |
| Poder Público | 392 | 7.678 | 5.425 | 380 | 7.758 | 3.601 |
| Iluminação Pública | 13 | 20.804 | 9.557 | 6 | 20.677 | 6.223 |
| Serviço Público | 118 | 10.877 | 6.551 | 116 | 11.327 | 4.104 |
| Consumo Próprio | 23 | 535 | - | 21 | 472 | - |
| Subtotal | 102.533 | 328.860 | 219.920 | 100.819 | 343.271 | 149.860 |
| Fornecimento não Faturado Líquido | - | (737) | 1.792 | - | 700 | 720 |
| Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição | - | - | 2.489 | - | - | 2.188 |
| Receita de Construção (1) | - | - | 19.414 | - | - | 7.949 |
| (-) Ultrapassagem Demanda | - | - | (5) | - | - | (256) |
| (-) Excedente de Reativos | - | - | (135) | - | - | - |
| Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (2) | - | - | 1.249 | - | - | - |
| Constituição e Amortiz - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (2) | - | - | 267 | - | - | 1.991 |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | - | - | 3.443 | - | - | 2.509 |
| Outras receitas operacionais | - | - | 4.186 | - | - | 3.698 |
| Total - receita operacional bruta | 102.533 | 328.123 | 252.620 | 100.819 | 343.971 | 168.659 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| ICMS | - | - | 53.677 | - | - | 37.075 |
| PIS | - | - | 3.774 | - | - | 2.654 |
| COFINS | - | - | 17.421 | - | - | 12.223 |
| ISS | - | - | 161 | - | - | 137 |
| Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3) | - | - | 9.465 | - | - | - |
| Programa de Eficiência Energética - PEE | - | - | 623 | - | - | 520 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | - | - | 22.692 | - | - | 1.598 |
| Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | - | - | 623 | - | - | 520 |
| Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE | - | - | 256 | - | - | - |
| Total - dedução receita operacional | - | - | 108.692 | - | - | 54.727 |
| Total - receita operacional líquida | 102.533 | 328.123 | 143.928 | 100.819 | 343.971 | 113.932 |

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$14.910, tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$9.465.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

| Meses | Despacho | Valor |
|--------------|--|----------------|
| Janeiro | Despacho 583 de 4 de março de 2015 | (525) |
| Fevereiro | Despacho 829 de 30 de março de 2015 | (798) |
| Março | Despacho 1.356 de 4 de maio de 2015 | (1.334) |
| Abril | Despacho 1.743 de 29 de maio de 2015 | (1.487) |
| Mai | Despacho 2.131 de 30 de junho de 2015 | (1.461) |
| Junho | Despacho 2.440 de 29 de julho de 2015 | (1.476) |
| Julho | Despacho 3.386 de 06 de outubro de 2015 | (1.491) |
| Agosto | Despacho 3.387 de 06 de outubro de 2015 | (1.461) |
| Setembro | Despacho 3.607 de 29 de outubro de 2015 | (1.292) |
| Outubro | Despacho 3.887 de 01 de dezembro de 2015 | 1.952 |
| Novembro | Despacho 007 de 05 de janeiro de 2016 | (28) |
| Dezembro | Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 | (64) |
| Total | | (9.465) |

22 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

| Natureza do Gasto | Custo do Serviço | | | Despesas Operacionais | Total | |
|--|----------------------|---------------|----------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | Com Energia Elétrica | de Operação | Prestado a Terceiros | Gerais e Administ. | 2015 | 2014 |
| | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 63.219 | - | - | - | 63.219 | 52.375 |
| Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição | 12.570 | - | - | - | 12.570 | 8.637 |
| Pessoal e administradores | - | 4.913 | 7 | 4.443 | 9.363 | 9.875 |
| Entidade de previdência privada | - | 7 | - | 174 | 181 | 178 |
| Material | - | 673 | 103 | 322 | 1.098 | 1.109 |
| Serviços de terceiros | - | 9.390 | - | 10.746 | 20.136 | 18.299 |
| Depreciação e amortização | - | 5.586 | - | 572 | 6.158 | 4.854 |
| Provisão p/créditos de liquidação duvidosa | - | 95 | - | - | 95 | 151 |
| Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais | - | - | - | (32) | (32) | 218 |
| Custo de construção | - | - | 19.414 | - | 19.414 | 7.949 |
| Outras | - | 58 | 6 | 2.147 | 2.211 | 3.188 |
| | 75.789 | 20.722 | 19.530 | 18.372 | 134.413 | 106.833 |

Energia Elétrica comprada para revenda

| | MWH (*) | | Energia elétrica comprada p/revenda | |
|---|----------------|----------------|-------------------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Energia bilateral | 337.626 | 355.064 | 67.414 | 55.356 |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 8.320 | 8.612 | 2.041 | 2.139 |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (6.236) | (5.120) |
| Total | 345.946 | 363.676 | 63.219 | 52.375 |

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Outros resultados

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------|--------------|
| Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos | 663 | 441 |
| Perdas na desativação/alienação de bens e direitos | (1.101) | (1.074) |
| Total | (438) | (633) |

24 Receitas e despesas financeiras

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|----------------|
| Receita de aplicações financeiras | 1.845 | 964 |
| Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida | 3.344 | 1.478 |
| Atualização contas a receber da concessão - VNR | 6.296 | 2.455 |
| Juros ativos (passivos) financeiros setoriais | 182 | - |
| Tributos s/ receitas financeiras | (388) | - |
| Outras receitas financeiras | 304 | - |
| Total receita financeira | 11.583 | 4.897 |
| Encargos de dívidas - juros | (3.967) | (3.487) |
| Encargos de dívidas - variação monetária e cambial | (26.177) | (5.217) |
| (-) Transferência para ordens em curso | 936 | 251 |
| Marcação a mercado da dívida | 1.260 | - |
| Marcação a mercado derivativos | (115) | (869) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 19.155 | 3.371 |
| Ajuste a valor presente | (38) | - |
| Comissão de aval | (1.238) | (828) |
| Outras despesas financeiras | (1.471) | (1.467) |
| Total despesa financeira | (11.655) | (8.246) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | (72) | (3.349) |

25 Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 16.295.

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício: | 5.815 | 2.265 |
| Média ponderada das ações | 16.295 | 16.295 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*) | 356,86 | 139,00 |

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

| Ramos | Data de Vencimento | Importância Segurada | Prêmio Anual | |
|---|--------------------|----------------------|--------------|------------|
| | | | 2015 | 2014 |
| Risco Operacional | 23/10/2016 | 38.000 | 21 | 40 |
| Responsabilidade Civil Geral | 23/11/2016 | 50.600 | 30 | 30 |
| Frotas- Danos Materiais e Corporais a Terceiros | 23/10/2016 | Até 360 / veículo | 13 | 17 |
| Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais | 31/12/2016 | 9.693 | 27 | 43 |
| | | | 91 | 130 |

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

| ATIVO | Nível | 2015 | | 2014 | |
|--|-------|----------|-------------|----------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Caixa e equivalente de caixa | 2 | 10.830 | 10.830 | 8.914 | 8.914 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 2 | 6.112 | 6.112 | 3.174 | 3.174 |
| Consumidores e concessionárias | 2 | 24.970 | 24.970 | 16.541 | 16.541 |
| Conta a receber da concessão | 3 | 3.555 | 3.555 | 93.026 | 93.026 |
| Ativo financeiro setorial | 3 | 5.364 | 5.364 | 2.023 | 2.023 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 19.077 | 19.077 | 4.739 | 4.739 |

| PASSIVO | Nível | 2015 | | 2014 | |
|--|-------|----------|-------------|----------|-------------|
| | | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Fornecedores | 2 | 14.186 | 14.186 | 8.930 | 8.930 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. | 2 | 86.560 | 86.560 | 65.598 | 65.598 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | 2.334 | 2.334 | - | - |
| Passivo financeiro setorial | 3 | 1.714 | 1.714 | 71 | 71 |

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$6.478, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com

vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$1.260 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida,

de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Dívida (a) | 86.560 | 65.598 |
| Caixa e equivalentes de caixa | (10.830) | (8.914) |
| Dívida líquida | <u>75.730</u> | <u>56.684</u> |
| Patrimônio líquido (b) | <u>71.396</u> | <u>58.460</u> |
| Índice de endividamento líquido | <u>1,06</u> | <u>0,97</u> |

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

| | Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses | Até 6 meses | 6 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|--|---|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | - | 14.070 | - | - | - | 116 | 14.186 |
| Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures | 15,50% | 36.583 | 3.090 | 52.250 | 10.823 | 2.647 | 105.393 |
| Total | | <u>50.653</u> | <u>3.090</u> | <u>52.250</u> | <u>10.823</u> | <u>2.763</u> | <u>119.579</u> |

b) Risco de crédito

A Administração da controladora avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | 2015 | 2014 |
|--|--------|--------|
| Caixa e equivalente de caixa | 10.830 | 8.914 |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 6.112 | 3.174 |
| Consumidores e concessionárias | 24.970 | 16.541 |
| Conta a receber da concessão | 3.555 | 93.026 |
| Ativo financeiro setorial | 5.364 | 2.023 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 19.077 | 4.739 |

Os detalhamentos desses créditos estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 13, 9 e 27.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47,01% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, de R\$86.591 (R\$65.636 em 2014), R\$62.034 (R\$47.027 em 2014) estão representados em dólares, provenientes de:

- (i) US\$7,9 milhões (US\$7,7 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Banco Itaú BBA e
- (ii) US\$8,2 milhões (US\$8,2 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Citibank.

Os empréstimos possuem vencimento de curto e longo prazo, Fev/16 e Set/17, e custo de até 3,83% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 apresenta no ativo circulante R\$6.105 (R\$3.799 em 2014), R\$12.972 (R\$940 em 2014) no não circulante e R\$2.334 no passivo circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

| Dívida | Notional (USD) | Custo Financeiro | Vencimento | Designação Hedge Accounting |
|---|----------------|------------------------------|------------|-----------------------------|
| Loan 4131 Citibank x ENF 6 P. Ativa P. Passiva | 8.250 | Libor + 1,60% 113,90% CDI | 28/09/2017 | Fair Value Hedge |
| Loan 4131 Itaú BBA x ENF 7 P. Ativa P. Passiva | 7.663 | VC + 4,50% CDI + 2,35% | 25/02/2016 | Fair Value Hedge |

(*) Em 27 de janeiro de 2015, a administração da Energisa excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2014 que podem ser assim resumidos:

| Derivativos | Valor de referência | Descrição | Valor justo |
|-------------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------|
| | 2014 | | 2014 |
| | | Posição Ativa | |
| | | Moeda Estrangeira - USD e Libor | 32.653 |
| Swap Cambial | 29.703 | Posição Passiva | |
| | | Taxa de Juros CDI | (30.624) |
| | | Posição Total | 2.029 |
| | | Posição Ativa | |
| | | Moeda Estrangeira - USD | 14.704 |
| Swap Cambial com Opções | 11.061 | Posição Passiva | |
| | | Taxa de Juros CDI | (11.376) |
| | | Opções de Moeda Estrangeira - USD | (618) |
| | | Posição Total | 2.710 |

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

| Fair Value Hedge | Valor de Referência | Descrição | Valor Justo |
|--|---------------------|--------------------------------------|-----------------|
| | 2015 | | 2015 |
| Dívida (Objeto de Hedge)* | 42.231 | Moeda Estrangeira - USD e Libor | (62.034) |
| Swap Cambial (Instrumento de Hedge) | | Posição Ativa | |
| | | Moeda Estrangeira - USD e Libor | 62.728 |
| | 42.231 | Posição Passiva | |
| | | Taxa de Juros CDI | (45.985) |
| | | Posição Total | 16.743 |
| | | Posição Líquida Dívida + Swap | (45.291) |

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 2 de janeiro de 2014 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

| Operação | Exposição | Risco | Cenário I (Provável) (*) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|---------------|----------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Instrumentos financeiros - Empréstimos | | | | | |
| Swap Cambial | | | | | |
| Itaú BBA e Citibank | - | | 3.554 | (11.240) | (26.035) |
| Posição Ativa | | | | | |
| Moeda Estrangeira - USD e Libor | 62.728 | Alta USD | 59.174 | 73.968 | 88.762 |
| Posição Passiva | | | | | |
| Taxa de Juros CDI | (45.985) | | (45.985) | (45.985) | (45.985) |
| Subtotal | 16.743 | | 13.189 | 27.983 | 42.778 |
| Líquido | 16.743 | | 16.743 | 16.743 | 16.743 |

(3) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$16.743, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$16.743 em ambos os casos.

(2) Variação das taxas de juros:

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,24% e

TJLP = 7% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

| Instrumentos | Exposição (R\$mil) | Risco | Cenário I (Provável) (1) | Cenário II (Deterioração de 25%) | Cenário III (Deterioração de 50%) |
|--|--------------------|------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros ativos: | | | | | |
| Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados | 14.643 | Alta CDI | 2.186 | 2.733 | 3.279 |
| Instrumentos financeiros passivos: | | | | | |
| Swap | (62.034) | Alta CDI | (9.262) | (11.577) | (13.892) |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | (4.047) | Alta CDI | (604) | (755) | (906) |
| | (9.486) | Alta TJLP | (664) | (830) | (996) |
| | (5.766) | Alta SELIC | (822) | (1.027) | (1.233) |
| Subtotal (**) | (81.333) | | (11.352) | (14.189) | (17.027) |
| Total - (Perdas) | (66.690) | | (9.166) | (11.456) | (13.748) |

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7%, Selic 14,25% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 5.258.

28 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2015, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$178 (R\$157 em 2013).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$492 (R\$286 em 2014) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$129 (R\$58 em 2014) e no não circulante R\$363 (R\$228 em 2014).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 831 | 954 |
| Valor justo dos ativos do plano | (339) | (668) |
| Passivo atuarial líquido a ser provisionado | 492 | 286 |

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------|------------|
| Passivo atuarial líquido no início do ano | 286 | 569 |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado | 58 | 90 |
| Outros resultados abrangentes | 148 | (373) |
| Passivo atuarial líquido no final do ano | 492 | 286 |

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

| | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações no início do ano | 954 | 576 |
| Benefícios pagos | (558) | (109) |
| Juros sobre obrigação atuarial | 53 | 41 |
| Custo do serviço corrente (com juros) | 39 | 49 |
| (Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial | 343 | 397 |
| Valor das obrigações calculadas no final do ano | 831 | 954 |

Demonstração das despesas para o exercício de 2016:

| | 2016 |
|---|------------|
| Custo do serviço corrente (com juros) | 63 |
| Juros sobre as obrigações atuariais | 100 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (34) |
| Remensuração do custo financeiro | - |
| Total da despesa bruta a ser reconhecida | 129 |

Uso de estimativas: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c) Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de as despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2015, as despesas com esse benefício foram de R\$334 (R\$273 em 2014).

29 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

| Contrato de compra de energia | | | | | | |
|-------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|
| Vigência | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Após 2020 |
| 2016 a 2026 | 60.718 | 61.776 | 62.904 | 64.021 | 65.150 | 489.374 |

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

30 Meio ambiente

A Energisa Nova Friburgo trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios e comitês de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2015, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$6.998 (R\$3.705 em 2014), sendo R\$4.747 (R\$2.679 em 2014) alocados no ativo imobilizado e R\$2.251 (R\$1.027 em 2014) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

31 Informações adicionais ao fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

| | 2015 | 2014 |
|--|--------|-------|
| Atividades operacionais | | |
| Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos | 95.801 | 6.389 |
| Contas a receber da concessão - Atualização VNR | 6.669 | 2.455 |
| Fornecedores | 716 | 1.026 |
| Atividades de investimentos | | |
| Aquisição de intangível em processo de pagamento | 716 | 1.026 |
| Intangível com aquisição recursos finame | 279 | 512 |
| Atividades de financiamento | | |
| Empréstimos e financiamentos | 279 | 512 |

32 Eventos subsequentes

a. Empréstimos

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária no dia 22 de fevereiro de 2016, foi aprovada a ratificação de empréstimo contratado pela Companhia em 25 de fevereiro de 2015 nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R\$30.895, com o Banco Citibank, pelo prazo de 2 anos, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 2,95%.

b. Bandeiras Tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia elétrica sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofrerão reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.
Nova Friburgo - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado - DVA*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4